

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 1540

Data: 12.08.75

Pg.: 13

Funai nega devolução de terras

Da Sucursal de
BRASÍLIA

A Funai desconhece qualquer decisão do Ministério do Interior sobre a devolução de áreas indígenas no Rio Grande do Sul aos agricultores que as ocupam, o que segundo o deputado Aloy Lenzi, da Arena gaúcha, lhe teria sido assegurado pelo próprio ministro Rangel Reis. Ontem, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, afirmou que "nada ficou definido sobre a situação das 1.191 famílias de posseiros e de 691 arrendatários já cadastrados pelo INCRA na região".

"Uma coisa podemos garantir", disse o general, "o arrendamento das áreas indígenas foi proibido pelo Estatuto do Índio, por isso não concordamos com a sua continuidade por muito tempo. Por outro lado, a permanência de posseiros e agregados nas áreas indígenas também é ilegal e o problema precisa ser solucionado".

A Funai, por enquanto, desconhece as alternativas que poderão ser apresentadas pelo INCRA e pelo próprio Ministério a curto prazo".

do Interior para que não seja criado um grave problema social com o desalojamento das famílias de colonos. O general dispõe apenas de dados concretos apresentados ontem pelo INCRA sobre a situação das áreas indígenas no Sul, envolvendo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses três Estados existem ao todo 975 arrendatários e 1.391 famílias de posseiros e agregados. A maior concentração de brancos foi constatada em Nonoai, no Rio Grande do Sul: 978 famílias de colonos vivem nessa área indígena. Em todo o Sul, a área indígena total reivindicada pela Funai, para os 9.654 índios que vivem na região, é de 146.978 hectares.

Ontem, o general Ismarth de

Oliveira anunciou os resultados das pesquisas feitas por uma equipe da Funai e do INCRA sobre a situação da reserva xavante de São Marcos, em Mato Grosso. Segundo o relatório apresentado à Funai, na reserva de São Marcos há um total de 188.478 hectares de terras ocupadas por fazendeiros e posseiros, que serão desalojados da área tão logo o governo federal libere os recursos necessários às desapropriações. Ontem mesmo o ministro Rangel Reis levou ao presidente Geisel o pedido de liberação de 15 milhões de cruzeiros destinados à indenização dos fazendeiros e posseiros, mas não obteve uma resposta imediata. O presidente ficou de estudar a proposta, encaminhando-a à Secretaria do Planejamento.

Ao anunciar os resultados, o general Ismarth de Oliveira disse que os xavantes prometeram não atacar novamente as fazendas situadas dentro dos limites de sua reserva, aguardando a decisão final do governo. "Houve um certo exagero nas notícias divulgadas sobre a situação", afirmou. "Os índios realmente hostilizaram dois fazendeiros, matando alguns animais de sua propriedade, mas não é verdade que houve luta ou ameaças de morte".

Segundo os dados fornecidos pelo INCRA, existem ao todo na área xavante 18 propriedades tituladas, num total de 45.695 hectares. Há, no entanto, outras 10 propriedades, sem qualquer titulação legal, ocupando uma área ainda maior: 142.782 hectares. Ismarth disse que "muitos acham a reivindicação de mais 188 mil hectares pelos xavantes injusta". Mas defendeu que, "na verdade, a área destinada aos índios é de pessima qualidade, dificultando qualquer atividade agrícola; as únicas áreas cultiváveis ficaram nas mãos dos fazendeiros e posseiros".